Singapura, Genebra, Hong Kong e Dubai

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Genebra e o modelo suíço

A Suíça e Singapura chegaram a posições semelhantes por caminhos diferentes. O direito suíço da arbitragem internacional, no capítulo 12 da Lei suíça de direito internacional privado (IPRG/PILA), entrou em vigor em 1989 e foi revisto com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021, sobretudo para permitir petições em inglês perante o Tribunal Federal. O direito suíço oferece uma única ação de anulação diretamente perante esse tribunal, que decide em poucos meses. O direito de Singapura permite uma impugnação perante a High Court seguida de recurso.[1] A Suíça ratificou a Convenção de Nova York em 1º de junho de 1965, mais de vinte anos antes da adesão de Singapura.[2]

O panorama institucional também difere. Genebra não tem uma instituição única e dominante comparável ao SIAC. O Swiss Arbitration Centre, fundado em 2021 pelas câmaras de comércio suíças e pela Swiss Arbitration Association, administra casos segundo as Swiss Rules, enquanto muitas arbitragens em Genebra correm segundo o regulamento da ICC.[3] A comparação revela uma diferença de estilo que se repete ao

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

longo deste livro. A Suíça aposta numa lei liberal e numa comunidade descentralizada de profissionais. Singapura combina uma lei liberal com promoção estatal ativa e uma única instituição de referência.

Hong Kong e Dubai

Hong Kong é o concorrente mais próximo de Singapura. Compartilha com Singapura a common law, a Lei Modelo e uma advocacia internacional. A pesquisa de 2025 classificou as duas sedes em pé de igualdade. O volume de casos do HKIAC foi menor em 2024, com 352 novos casos contra 625 do SIAC. O trunfo distintivo de Hong Kong é sua relação com a China continental. Desde 1º de julho de 1997, a Convenção de Nova York aplica-se a Hong Kong em virtude da adesão da China.[4] A resposta de Singapura é a neutralidade. Para um litígio entre uma parte chinesa e uma indiana, ou entre uma estatal chinesa e um investidor norte-americano, uma sede fora da ordem jurídica chinesa costuma ser mais fácil de acordar.

Dubai tornou-se uma sede em crescimento para litígios que envolvem o Golfo, o Sul da Ásia e a África. Os Emirados Árabes Unidos aderiram à Convenção de Nova York em 2006, vinte anos depois de Singapura.[5] Suas instituições arbitrais foram reorganizadas sob direção estatal nos últimos anos, o que lembra a rapidez com que o panorama de uma sede pode mudar. Dubai concorre com Singapura sobretudo por litígios que envolvem partes indianas, do Oriente Médio e africanas, um mercado que o SIAC também procura atingir por meio de seu escritório para o Sul da Ásia.

Em números

Convenção de Nova York: adesão de Singapura em 21 de agosto de 1986, em vigor desde 19 de novembro de 1986; 172 Estados partes. International Arbitration Act: aprovado em 31 de outubro de 1994, em vigor desde 27 de janeiro de 1995. SIAC: criado em 1º de julho de 1991; mais de 7.000 casos administrados. Novos casos no SIAC: 343 em 2016, 1.080 em 2020, 625 em 2024 e 886 em 2025 (737 administrados). Casos internacionais em 2025: 89%, com partes de 79 jurisdições. Valor total em disputa em 2025: US$ 14,53 bilhões. Litígios comerciais: 346 casos, ou 39%. Lei aplicável: Singapura 52,1%, direito inglês 28,4%. Expedited Procedure: 1.169

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

pedidos e 667 aceitações desde 2010. Pedidos de árbitro de emergência aceitos desde 2010: 191. Streamlined Procedure: 60 casos em seu primeiro ano. Sedes preferidas na pesquisa de 2025: Londres 34%, Singapura e Hong Kong 31% cada.[6]

Notas

1. Ressos, *Genève*, partie F, chapitre III (nota acima), seções « Le droit suisse de l'arbitrage international » e « L'arbitrage à Genève : une histoire », que citam o art. 176 LDIP e a lei federal de 19 de junho de 2020 (RO 2020 4179), em vigor desde 1º de janeiro de 2021. ↩
2. Tabela de situação da UNCITRAL (nota acima): Suíça, ratificação em 1º de junho de 1965, entrada em vigor em 30 de agosto de 1965. ↩
3. Ressos, *Genève*, partie F, chapitre III (nota acima), « Les institutions : le Swiss Arbitration Centre et les autres ». ↩
4. Tabela de situação da UNCITRAL (nota acima): China, adesão em 22 de janeiro de 1987, entrada em vigor em 22 de abril de 1987; estendida à RAE de Hong Kong com a retomada da soberania em 1º de julho de 1997. Volume de casos do HKIAC e do SIAC em 2024: Conflict of Laws.net, 12 de agosto de 2025 (nota acima). ↩
5. Tabela de situação da UNCITRAL (nota acima): Emirados Árabes Unidos, adesão em 21 de agosto de 2006, entrada em vigor em 19 de novembro de 2006. ↩
6. SIAC, *Annual Report 2025*, Statistics 2025; tabela de situação da UNCITRAL; International Arbitration Act 1994, Legislative History; Conflict of Laws.net, 12 de agosto de 2025 (todos conforme citados acima). ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com